

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 7, N. 1, jan./jun. 2008



Fas. 75708 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
v.7 n.1  
jan./jun. 2008 ex.4

## O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

## Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

## Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

## Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



**Associação dos  
Arquivistas  
Brasileiros**

aab@aab.org.br  
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903  
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro  
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

# arquivo & administração

v. 7, n. 1

jan./jun. 2008

## SUMÁRIO

EDITORIAL	3	Jose Maria Jardim Lucia Maria Velloso de Oliveira
ARTIGOS	5	As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento <i>Maria Odila Fonseca</i>
	21	A ciência, os cientistas e os seus arquivos <i>Paulo Roberto Elian dos Santos</i>
	35	Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições <i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
	49	As transformações no cenário arquivístico federal <i>Ana Celeste Indolfo</i>
	71	A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da informação <i>Dilza Ramos Bastos</i> <i>Maria Luiza de Almeida Campos</i> <i>Eliane Vasconcellos</i>

Arq. & Adm.

Rio de Janeiro

v. 7

n. 1

p. 1- 98

jan./jun. 2008

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

**Coordenação:** Lucia Maria Velloso de Oliveira

**Revisão técnica:** Dilza Ramos Bastos

**Editoração eletrônica:** Gustavo Monteiro

#### Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.  
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Reg. 75708

### ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

#### Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira  
Vice-presidente: Eliana Balbina Flora Sales  
1º Tesoureiro: Renata Silva Borges  
2º Tesoureiro: Alcides Sodré Peçanha Filho  
1º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira  
2º Secretário: Laura Regina Xavier

#### Conselho Editorial

José Maria Jardim  
Lucia Maria Velloso de Oliveira  
Maria Celina Soares de Mello e Silva  
Maria Odila Fonseca (*In memoriam*)  
Paulino Lemes de Sousa Cardoso  
Paulo Elian  
Sérgio Conde Albite Silva

## EDITORIAL

O primeiro número da Revistas Arquivo & Administração de 2008 é muito especial. Seu artigo inicial é de autoria da professora e arquivista Maria Odila Kahl Fonseca. A conferência *As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento* foi por ela apresentada no XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro em 2006. Apesar de já ter sido publicada nos Anais eletrônicos do Congresso, sua inclusão na revista é relevante para a divulgação das idéias de Maria Odila sobre o tema a um público mais amplo que o do Congresso. Além disso, é também uma oportunidade de homenagearmos uma profissional cujo percurso foi decisivo para a Arquivologia contemporânea no Brasil.

Neste número, contamos ainda com dois artigos resultado de palestras apresentadas no I Encontro de Arquivos Pessoais na Era Digital. Esse evento, realizado de 11 a 13 de março de 2008, procurou suscitar reflexões relacionadas com a gestão e acesso aos arquivos pessoais constituídos por documentos digitais. Paulo Roberto Elian dos Santos, em seu artigo *A Ciência, os cientistas e os seus arquivos* analisa a relação da atividade científica e a constituição dos arquivos. O artigo é centrado no cenário da área das ciências biomédicas. Lucia Maria Velloso de Oliveira, autora do artigo *Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições*, apresenta uma hipótese para abordagem dos arquivos pessoais que contam com documentos digitais em seu conjunto.

O artigo de Ana Celeste Indolfo, *As transformações no cenário arquivístico federal* é resultado de pesquisa desenvolvida durante o mestrado em Ciência da Informação. A autora analisa os órgãos do Poder Executivo Federal que, no período de 1996 a 2006, adotaram instrumentos de classificação e avaliação de documentos.

Finalmente, o artigo *A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da informação*, elaborado por Dilza Ramos Bastos, Maria Luiza de Almeida Campos, e Eliane Vasconcellos, apresenta um relato de experiência de pesquisa e análise documentária de uma coleção das crônicas de Carlos Drummond de Andrade.

Esperamos que o leitor da revista *Arquivo & Administração* aprecie o esforço dos autores que colaboraram com esse número.

Jose Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

## ARQUIVOS PESSOAIS E DOCUMENTOS DIGITAIS

### Uma reflexão em torno de contradições

**Lucia Maria Velloso de Oliveira**

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa IBICT – UFF

Graduada em História e em Arquivologia

Chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da FCRB

luciamaria@rb.gov.br

#### RESUMO

*Diferente dos arquivos corporativos, os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, etc. do titular do arquivo e de sua rede de relacionamentos. A compreensão e preservação dos arquivos pessoais permitem a análise de nossa sociedade e a percepção de nossa identidade. Uma vez inserida a problemática da tecnologia digital no contexto do arquivo pessoal, a preservação dos documentos deixa de ser uma questão a ser observada após o processo de recolhimento a uma instituição de custódia. Há a necessidade de intervenção arquivística durante o processo pré-custodial, mas, para tal, as instituições de custódia de acervos devem definir suas políticas de aquisição.*

**Palavras-chave:** *Arquivologia; Arquivo pessoal; Preservação digital; Política de aquisição de acervo arquivístico.*

#### Personal archives and digital documents: thinking about contradictions

#### Abstract

*Differently from the corporative archives, the personal ones have signs of personality, values, prejudices, desires, etc. of the creator and of his/hers relationship's net. The understanding and preservation of the personal archives allow the analyses of our society and the perception of our identity. Once the digital documents were included in the context of the personal archives, its preservation is no longer an issue to be considered in the custodial moment. It is absolutely necessary a previous intervention in the moment of the production of the archive, but just after the institutions of memory have established their acquisition policies.*



**Key-words:** *Archival science; Personal archive; Digital preservation; Collection acquisition policy.*

A proposta desse trabalho é a análise dos arquivos pessoais que já trazem em si a problemática da mídia digital. É ainda incipiente a produção de conhecimento sobre o tema. Pretendemos apresentar uma hipótese para a análise da questão inserindo-a em uma perspectiva de processo decisório técnico-científico e político. Esperamos contribuir para a inclusão da reflexão do tema na pauta da comunidade arquivística.

Particular desde o momento de sua produção, o documento de arquivo distingui-se dos demais documentos. Uma de suas principais características está centrada no processo que o gerou. O documento de arquivo é evidência de uma ou mais atividades, de processos e de funções.

Porque são produzidos como meio e não como fim em si mesmos, os arquivos são capazes de assegurar um testemunho autêntico das ações, processos, e procedimentos que provocaram a sua existência. Para a pergunta sobre o que é único em relação ao valor sócio-cultural dos arquivos e que justifica sua contínua preservação, nós podemos responder que o fator que distingue os arquivos é o fato que podem prover a mais imparcial reflexão desses valores – não a mais verdadeira, nem a mais objetiva, nem a versão mais completa, simplesmente a mais imparcial. (MACNEIL, 1994, p. 13, tradução nossa).

Os documentos estão ligados por um elo que é definido pela razão de produção dos mesmos e pela função que têm a cumprir. Essas conexões entre documentos e processos espelham uma rede de relacionamentos que expressa as relações de negócios, as relações pessoais, políticas, culturais, etc que lhes deu origem.

Identificar, conhecer e analisar essa rede é uma das tarefas pertinentes ao ofício do arquivista. O resultado dessa atividade permite a compreensão dos arquivos e subsidia o trabalho de organização dos mesmos.

Thomassen (2006) aborda a questão do contexto arquivístico com propriedade:

O contexto arquivístico é constituído por todos os fatores ambientais que decidem como os arquivos foram gerados, estruturados, gerenciados e interpretados. Os fatores

ambientais que diretamente determinam os conteúdos, forma e estrutura dos arquivos podem ser distintos, dentro do contexto de proveniência, de gerenciamento e de uso. Esses fatores por sua vez são determinados pelos contextos sócio-político, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p.5).

Para a representação da complexidade da constituição de um arquivo, somente a análise dos documentos arquivísticos não é mais suficiente face ao crescente processo de disponibilização dos instrumentos de pesquisa por meio da Internet. Gradativamente as instituições vêm oferecendo aos usuários de seus serviços o acesso às bases de dados com informações sobre os arquivos sob sua custódia. A perspectiva do acesso pelos usuários às informações sobre os acervos, mediados pelo ambiente WEB, sem a intervenção direta do profissional de referência, exige dos arquivistas uma maior preocupação em compreender o aspecto social, político e histórico referente ao período de produção dos arquivos, bem como em definir um programa descritivo que ofereça maior clareza dos conteúdos informacionais sobre os acervos.

Nessa abordagem em que o processo de representação dos acervos arquivísticos está centrado no usuário e no acesso às informações em ambiente WEB, os limites dos elementos explicitados nos conteúdos e os limites das características documentárias são ultrapassados para buscar uma maior compreensão dos acervos, e, conseqüentemente, viabilizar um canal de comunicação mais eficaz com o usuário.

O trabalho prévio de pesquisa que é realizado com o objetivo de melhor compreender o arquivo a ser organizado fundamenta decisões metodológicas quanto: à definição do arranjo e sua estrutura interna; ao programa descritivo a ser adotado; e à política de acesso.

A compreensão, organização e preservação desses arquivos nos permitem compreender nossa sociedade, nossa identidade, e o nosso lugar no mundo.

E esse é o viés dessa abordagem.

Na perspectiva de Nora (1993), os lugares de memória são produzidos e possuem um papel social de instrumentos de perpetuação.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, autos de processos, monumentos, santuários, associações, são como a ponta de um icebergue que testemunha uma outra época, ilusões de eternidade [...]. (NORA, 1993, p.12).

Ao retratar o documento, Le Goff (1992, p. 547-548) o apresenta como inscrito em um contexto histórico. É produto da sociedade que o produziu e que o preservou. Desta forma seu significado aparente deve ser entendido como algo que pode variar conforme a época, lugar, grupo social e indivíduos. Para o autor, o documento perpetua. "O documento é monumento".

Os arquivistas Schwartz e Cook reconhecem o poder dos arquivos sobre a criação da memória coletiva e da identidade nacional. "Arquivos são construções sociais" (2004, p. 19, tradução nossa). Segundo os autores, os arquivos desde a Antiguidade estão relacionados ao poder e aos que o detêm. E é dentro desse contexto em que os arquivos são produzidos e preservados, que se define os registros que serão conhecidos no futuro e o que será esquecido pela sociedade.

Thomassen (2006) analisa os arquivos e suas funções em relação à memória. Para o autor os arquivos

funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtos de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo. (THOMASSEN, 2006, p. 6).

Entendemos os arquivos pessoais como o conjunto de documentos produzidos ou recebidos, e mantidos por pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Desse modo, são evidências de uma pessoa e de seu papel na sociedade, em um sentido mais amplo.

Terry Cook, compara os arquivos pessoais e os arquivos públicos:

Primeiro ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e, por conseguinte oficial, seja individual, e, portanto pessoal. [...] Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, freqüentemente usam procedimentos técnicos e métodos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam

fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa (COOK, 1998, p.131).

Diferente dos arquivos corporativos, os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram. O potencial de informação dos arquivos pessoais é enorme.

Muitos são os usuários dos arquivos pessoais. Podemos mencionar os historiadores, os genealogistas, os sociólogos, jornalistas, e os produtores culturais. Cada categoria de usuário com uma demanda distinta. A crescente visibilidade desses arquivos no cenário da WEB, com a disponibilização *on-line* de seus instrumentos de pesquisa amplia-se esse universo de categorias e diversifica-se as questões de interesse.

É importante ressaltar que o ingresso de um arquivo pessoal em um lugar de memória se dá, já atribuído, o seu valor permanente e de relevância para a sociedade. A decisão de preservação dos documentos ocorre devido ao reconhecimento por parte da sociedade do papel social do titular do acervo.

A instituição que assume a custódia do acervo recebe um conjunto de documentos já definido, e que, muitas vezes, sofreu alguma forma de interferência por parte dos herdeiros do arquivo, após o processo de produção e acumulação. As famílias dos titulares dos acervos usualmente selecionam o que deverá ser preservado nas instituições de custódia. Em muitos casos o conjunto que ingressa nos lugares de memória é resultado desse processo de seleção com base nos valores, julgamentos e olhares dos familiares. O procedimento de avaliação, segundo o conceito arquivístico, não é aplicado no cenário dos arquivos pessoais. A definição do valor permanente do arquivo pessoal não é resultado da implementação de metodologia específica para definição dos valores histórico, probatório ou informativo, ou mesmo da aplicação de uma tabela de temporalidade.

Contudo, a utilização de ferramentas e de tecnologia digital apresenta questões aos arquivistas:

- Como processar esses documentos já ingressos com a classificação de permanentes nos ambientes de memória e que são produzidos por ferramentas transitórias e em suportes provisórios?
- Como perpetuar um documento que já é produzido com a sombra do efêmero?



Esse é o grande desafio.

Artières (1998) retrata as referências de um cotidiano que podem ser encontradas em qualquer arquivo pessoal:

Imaginemos por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os ante-textos das nossas existências. Encontraríamos aí passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amareladas. No meio da confusão, descobriríamos cartas: correspondências administrativas e cartas apaixonadas dirigidas à bem-amada, misturadas com cartões postais escritos num canto de mesa longe de casa ou ainda com aquele telegrama urgente anunciando um nascimento. Entre a papelada, faríamos achados: poderia acontecer de esbarrarmos com nosso diário da adolescência ou ainda com algumas páginas manuscritas intituladas "Minhas lembranças de infância". (ARTIÈRES, 1998, p. 9).

Poderíamos acrescentar à sua fala, os cachos de cabelo, os álbuns fotográficos, as fitas, os santinhos, os convites, as dedicatórias e tantos mais... No entanto, a contemporaneidade nos remete às novas formas de registro: as passagens aéreas se transformam em e-tickets, as cartas em e-mails, os postais em postais virtuais, os álbuns fotográficos em álbuns digitais, e, muitas vezes, visualizados no *Orkut*, em *Blogs*, e esses últimos também são utilizados como os antigos diários. Os convites para casamentos e outros eventos transformaram-se em convites virtuais, afinal a mala direta on-line é infundável e rapidamente atualizada, o imposto de renda já fazemos on-line, etc.

O produtor de um arquivo imprime na reunião de seus documentos sua versão sobre sua vida e seu papel social. Esse processo muitas vezes não se dá de forma consciente pelo produtor, mas ao decidir pela acumulação dos documentos fica evidenciado o caráter intencional de preservar para gerações futuras os registros de sua atuação social. Essa perspectiva é importante para a compreensão do arquivo.

Os arquivistas percebem, a partir do processo de reunião de documentos, que alguns titulares, por exemplo, acumulam seus rascunhos de cartas, descartam uma seqüência de correspondência (que conseguimos mapear a existência anterior por meio das citações em outros documentos), mantêm coleções de recortes de jornais (uma seleção de assuntos de seu interesse), etc... A acumulação dos documentos é conseqüência não somente das atividades e experiências do produtor do arquivo, mas também de suas escolhas.

Artières (1998) afirma que,

o arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

A autora aqui dialoga com a abordagem de Sue McKemmish expressa em seu artigo intitulado, *Evidence of me*:

De acordo com meu ponto de vista o arquivo pessoal não deve ser tratado como se possuísse simples evidências, mas como um lugar de múltiplos constructos – de um indivíduo, suas defesas, suas lutas com suas idéias e com as dos outros, e simultaneamente, de forma contraditória, convincente e engenhosa. (HOBBS, 2001, p. 132, tradução nossa).

Ao analisarmos os arquivos pessoais, a expressão do testemunho é mais contundente visto que perpassa pela intimidade do produtor do acervo e de todos com os quais se relaciona.

Hobbs propõe uma reflexão sobre a constituição dos arquivos pessoais:

Os arquivos pessoais refletem não somente o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como vêm e experimentam suas vidas. Um indivíduo cria seu arquivo para atender suas necessidades ou predileções ou personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política corporativa disse que devia criá-lo. É claro que existem exceções, como formulários de imposto de renda e assim por diante, mas esses documentos refletem a persona pública do indivíduo e suas ações oficiais, não sua alma ou personalidade. (HOBBS, 2001, p. 128, tradução nossa).

Livre do processo de negócios típico do cenário organizacional, a rede de relações entre as pessoas, entre as pessoas e as instituições, os fatos históricos, o contexto

social, os pensamentos e sentimentos que são registrados no contexto do arquivo pessoal exigem do arquivista um esforço investigativo complexo. A vida pessoal não é marcada de modo tão rigoroso por normas, estatutos, procedimentos, regras e modelos.

As inovações tecnológicas possibilitam diferentes processos de produção de documentos e diferentes mídias de armazenamento da informação. A realidade que se apresenta é híbrida, de convivência entre as tecnologias mais tradicionais e seus meios de armazenamento e os novos processos tecnológicos e suas mídias.

Entretanto, a questão permanece:

- E quanto à preservação desses documentos digitais, perenes e contraditoriamente, considerados como constituintes da memória de uma sociedade?

Cook sugere uma postura proativa do arquivista:

[...]no caso dos registros eletrônicos, com seus documentos transitórios e virtuais, suas bases de dados relacionais e de propósitos múltiplos, e suas redes de comunicação informais, e não hierarquizadas, que englobam várias instituições, *nenhum registro confiável chegará sequer a sobreviver* para ficar à espera de que o arquivista o preserve após o fato - a menos que o arquivista intervenha na vida ativa do documento, de modo semelhante ao que sugeri acima, influenciando assim o comportamento organizacional dos criadores dos registros, suas culturas de trabalho e desenho de seus sistemas de computadores ou estratégias de implementação, preferivelmente antes que o primeiro documento tenha sido de fato criado. (COOK, 1998, p.137).

Adrian Cunningham em seu artigo intitulado *Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late*, de 1999, reitera suas preocupações explicitadas em artigo anterior, de 1994, quanto à necessidade de discussão sobre a questão dos documentos digitais nos arquivos pessoais. Para o autor a problemática se encontrava restrita aos arquivos corporativos. Ainda hoje a produção de conhecimento sobre a temática da preservação digital permanece centrada no âmbito da produção arquivística organizacional.

No momento, vamos nos ater apenas a três das considerações de Cunningham (1999):

A primeira refere-se à postura proativa do arquivista em relação aos arquivos pessoais e quanto a interferir nos processos de produção, gerenciamento e documentação

ainda em sua fase pré-custodial, ou seja, antes que o arquivo seja de fato recolhido para custódia permanente.

Essa recomendação é bastante instigante uma vez que, deveríamos conhecer à priori quais arquivos pessoais seriam recolhidos aos arquivos de custódia. Além disso, deveríamos predefinir quais arquivos devem constituir a memória de nossa sociedade. No entanto, tais escolhas se dariam ainda na fase de produção desses arquivos.

Quais são os arquivos pessoais que estão sendo produzidos hoje que serão relevantes para a sociedade no futuro?

A abordagem de Cunningham indica um conjunto de ações que devem ser protagonizadas pelos arquivistas, como:

[...]a produção de guias voltados para categorias específicas de produtores de arquivos pessoais como cientistas, escritores, etc. Devem incluir um trabalho conjunto com desenvolvedores de softwares e representantes para encorajar a incorporação dos elementos que assegurem a funcionalidade e a documentação na estação de trabalho e aplicativos utilizados pelos produtores dos arquivos pessoais. (CUNNINGHAM, 1999, p. 5, tradução nossa).

A segunda orientação remete-se ao serviço arquivístico encarregado de custodiar acervos pessoais com documentos digitais. Para Cunningham, é necessário que se adote medidas de “migração ou conversão de arquivos eletrônicos em formatos padrão e assegure acesso on-line aos documentos eletrônicos para o usuário remoto” (CUNNINGHAM, 1999, p. 3, tradução nossa).

A terceira consideração refere-se à questão da capacitação do arquivista:

a necessidade de treinamento e capacitação em Tecnologia da Informação para os arquivistas que trabalham com arquivos pessoais e a inclusão de especialista em Tecnologia da Informação para apoiar o trabalho técnico que envolve o gerenciamento eletrônico de documentos. (CUNNINGHAM, 1999, p. 3, tradução nossa)

As instituições que têm sob custódia arquivos pessoais necessitam ampliar a discussão da preservação digital, trazendo-a para o contexto dos arquivos que são produzidos por indivíduos, sem a estrutura organizacional. Essa contradição entre o caráter permanente e perene do documento digital nos arquivos pessoais deve ser inserida na pauta da produção de conhecimento da área.



Arquivos são autênticos somente quando são produzidos devido a uma necessidade de registro de um ato e quando são preservados e mantidos como testemunho confiável do fato ou ato de seu produtor e de seus sucessores. Para serem autênticos memoriais de atividades passadas, documentos precisam ser produzidos, preservados e custodiados de acordo com procedimentos que possam ser atestados. (EASTWOOD, 1994, p.127, tradução nossa).

Já temos vasta produção de conhecimento sobre a temática da preservação e sobre as medidas que devem ser adotadas para assegurar uma maior longevidade dos documentos digitais dentro dos critérios arquivísticos. Podemos mencionar o Projeto Interpares, o Projeto de Pittsburgh, a Carta de Preservação Brasileira, e recentemente o projeto Paradigm, da Bodleian Library and John Rylands University Library in the UK<sup>1</sup>. A problemática até então vêm sendo exaustivamente analisada no escopo dos arquivos públicos ou corporativos. Os procedimentos apontados pelos diversos grupos de pesquisa para a preservação dos documentos digitais podem ser aplicados no contexto dos arquivos pessoais. Afinal os processos tecnológicos e as mídias adotadas não diferem.

Koltun aponta a diferença na questão da preservação dos documentos digitais em relação aos documentos tradicionais. Assegurar a preservação não é uma questão a ser observada no final do processo, quando o documento passa a ser custodiado e sim, uma questão inicial, do momento de sua produção. “Os documentos digitais são tão efêmeros e dependentes tecnológicos, que precisam ser salvos, no momento de sua produção, ou serão perdidos” (KOLTUN, 1999, p. 119, tradução nossa).

A autora se aproxima de Cunningham e de Terry Cook quando sugere que o arquivista deve desenvolver uma postura proativa “como os produtores de documentos, os arquivistas devem pensar os arquivos antes deles serem produzidos e não depois que foram deixados”.(KOLTUN, 1999, p. 119, tradução nossa).

De acordo com Koltun,

o documento digital representa o primeiro meio coletado pelos arquivos que é totalmente dependente da funcionalidade arquivística desde seu nascimento, sua definição de valor, e sua vida contínua. Esses não são arquivos que seus valores derivam do organismo que lhes

<sup>1</sup> O projeto estudou particularmente a questão associada aos arquivos pessoais, no período de 2005 a 2007.

deu origem, mas dos princípios teóricos e de seleção dos arquivistas que identificam suas fontes e escopo, julgam seus valores, selecionam e preservam os documentos antes de sua produção e os avalia mais uma vez após sua criação. Eles existem como criações da intencionalidade arquivística, naturalizada por arquivistas como manifestações externas das ações de outros. (KOLTUN, 1999, p. 123, tradução nossa).

De acordo com a literatura da área é consenso que a estratégia para preservação dos documentos digitais de arquivos pessoais está vinculada à intervenção no processo de produção e no gerenciamento desses documentos ainda em fase não custodial. No entanto, existem algumas perguntas significativas que refletem o quadro geral:

- Quem define o que é de interesse para a história da sociedade?
- Quem é responsável por identificar na sociedade os arquivos pessoais em sua fase de produção, que oferecem uma maior contribuição à história da sociedade, à literatura, à ciência, etc. e, que, portanto devem ser preservados?
- Como definir uma estratégia de preservação para os produtores dos arquivos pessoais? E como assegurar que a mesma seja cumprida?

A questão central parece mais complexa do que supomos e pressupõe uma explícita e consciente escolha, por parte de todos os agentes envolvidos (instituições de custódia, arquivistas e segmentos da sociedade), do que representará o passado.

Antes, no âmbito dos documentos em formatos tradicionais era possível ocasionalmente, perceber uma tendência a uma perpetuação do sujeito, produtor de um arquivo, marcada pelo cuidado na reunião e guarda de seus papéis e de outros documentos. Esse processo se iniciava usualmente quando o próprio sujeito já se identificava como uma pessoa em seu tempo presente com reconhecimento da sociedade como um todo ou de uma camada da mesma.

Tradicionalmente, os documentos dos titulares de arquivos pessoais que se destacaram na sociedade são recolhidos aos lugares de memória como um legado, uma herança, um conjunto representativo de uma vida e de um passado.

A questão do documento digital nos arquivos pessoais parece apontar para a necessidade das instituições arquivísticas, dos serviços arquivísticos, obviamente seus gestores e arquivistas, definirem uma **Política de aquisição** de acervos no tempo presente.

Essa perspectiva pressupõe uma revisão das práticas que são adotadas pelas instituições de custódia, inclui no escopo das políticas arquivísticas institucionais a discussão da aquisição de acervos, da definição de linhas de acervo, além da elaboração e implantação de procedimentos prévios ao ingresso dos arquivos pessoais aos lugares de memória, de normas, instrumentos jurídicos e iniciativas de gestão como um todo. Tal processo implica no reconhecimento que esta política estabelecerá no momento presente quais registros serão representativos de um passado. Trata-se de um processo dinâmico sujeito à revisão e redirecionamento.

As políticas de aquisição de cada instituição oportunamente devem dispor sobre os critérios técnico-científicos para orientar as escolhas e as estratégias que definirão o que fará parte da história da sociedade, de acordo com a missão e linhas de acervo das instituições.

Não pretendemos reduzir o quadro ao discurso técnico-científico, e sim, reconhecemos que a discussão desses critérios está inserida em um contexto político institucional mais amplo e que pode extrapolar a problemática arquivística. Contudo, devemos almejar a preservação dos registros independentemente de admirações pessoais e de administrações individuais inscritas em um determinado período de gestão.

As instituições podem estabelecer estratégias de mapeamento desses arquivos e, por fim, as estratégias de aquisição. Dentro desse novo contexto serão então, estabelecidos os procedimentos e rotinas de produção e de gerenciamento na fase pré-custodial.

Ao produtor do acervo será solicitada a percepção que está produzindo um arquivo de relevância para a sociedade e que deve ser preservado para as futuras gerações.

As escolhas feitas decorrentes desse processo político poderão ser objeto de nova análise no momento do ingresso do acervo para a instituição de custódia.

O centro da questão extrapola os critérios e procedimentos que determinam rotinas de produção, de manutenção, de gerenciamento, de elaboração de metadados, etc.

Devemos envidar esforços para que sejam estabelecidas políticas institucionais de aquisição de acervos pessoais, e, desta forma, assegurar no presente a preservação dos arquivos ainda em produção e que serão utilizados no futuro para o conhecimento de um passado.

## REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BEARMAN, David. Record-keeping systems. *Archivaria*, n. 36, p. 16-36, 1993.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.
- CUNNINGHAM, Adrian. *Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late*. 1999. p. 1-8. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cunningham-waiting2.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2008.
- DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.
- EASTWOOD, Terry. What is archival theory and why is it important? *Archivaria*, n. 37, p. 122-130, 1994.
- GILLILAND-SWETLAND, Anne J.; KINNEY, Greg. Uses of electronic communication to document an academic community: a research report. *Archivaria*, n. 38, p. 79-96, 1994.
- HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, n. 52, p. 126-135, 2001. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817-14858-1>>. Acesso em: 18 maio 2007.
- KOLTUN, Lilly. The promise and the threat of digital options in an archival age. *Archivaria*, n. 47, p. 114-135, 1999. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12700/13874>>. Acesso em: 8 fev. 2008.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 423-484. (Coleção Repertório).
- MACNEIL, Heather. Archival theory and practice: between two paradigms. *Archivaria*, n. 37, p. 6-20, 1994.
- MARTIN, Kristin E. Analysis of remote reference correspondence at a large academic manuscripts collection. *The American Archivist*, v. 64, p. 17-42, Spring/Summer 2001
- MCKEMMISH, Sue. Evidence of me... *Archives and manuscripts*, v. 24, n. 1, may 1996. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/mckemmish-s-evidofine>>



ch10.htm>. Acesso em: 18 fev. 2008. 16 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. de Iara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-46, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Tradução de Cylaine Maria das Neves; Maria Cristina Vendrameto; Pedro Condoleo de Queiroz. **Registro**: revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, v. 3, n. 3, p.18 - 33, jul. 2004.

TAYLOR, Hugh. The archivists, the letter, and spirit. **Archivaria**, n. 43, p. 1-16, spring, 1997. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12174-13887-1>>. Acesso em: 18 maio 2007.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. **Revista Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan/jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Making archives accessible: increasing pluriformity in pursuing illusions. **Arkistoyndistyksen Julkaisuja**, Helsing, n. 9, p. 31-68, 2004.

\_\_\_\_\_. Turning archival thinking upside down: archival theory and the use of data bases. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais do...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. p. 10-21.

## AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO FEDERAL

Ana Celeste Indolfo

Mestre em Ciência da Informação

Professora da

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Especialista de Nível Superior do Arquivo Nacional

indolfo@bol.com.br

### RESUMO

*Examina o alcance das normas arquivísticas, instituídas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no quadro geral da formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas. A pesquisa analisa os órgãos do Poder Executivo Federal que, no período de 1996 a 2006, adotaram os instrumentos de classificação e avaliação de documentos. Expõe a situação dos serviços arquivísticos federais, nos anos de 1980, para verificar as transformações ocorridas no cenário arquivístico federal, decorridos 10 anos da elaboração e aplicação dos instrumentos normativos de gestão de documentos. Analisa a atuação do Arquivo Nacional no desenvolvimento das atividades de gestão de documentos junto aos órgãos do Poder Executivo Federal quanto à: instituição de comissão permanente de avaliação de documentos; implementação de atividades de classificação e avaliação com a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, referentes às atividades-meio e atividades-fim, e a publicação de editais de ciência de eliminação, no Diário Oficial da União, mediante autorização do Arquivo Nacional.*

**Palavras-chave:** Norma arquivística; Política pública arquivística; Poder Executivo Federal; Conselho Nacional de Arquivos (Brasil); Arquivo Nacional (Brasil).

### 1 Introdução

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.